DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 5176/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/11425/2015
PROTOCOLO	: 1606268
ENTE/ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE VICENTINA
INTERESSADO	: HÉLIO TOSHIITI SATO (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 46/2015
RELATOR	: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

O conteúdo dos autos trata do Procedimento Licitatório, realizado por meio da modalidade Convite n. 15/2015, da formalização do Contrato Administrativo n. 46/2015, celebrado entre o Município de Vicentina e a empresa Celso Issamu Shimada Torno - ME, tendo como objeto a execução de serviços de torno e manutenção em veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal de Vicentina, bem como a formalização Termo Aditivo n. 1 sua execução contratual.

A referida licitação, contratação, execução e os atos subsequentes foram objeto de julgamento por este Tribunal, por meio das seguintes decisões:

– Decisão Singular DSG-G.JRPC-2828/2016 (peça 22, fl. 101), nos seguintes termos dispositivos:

> Em face do exposto, concordo com a análise da 1ª ICE, acompanho o posicionamento firmado no Parecer do MPC e DECIDO, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 e nos termos do art. 10, II, do Regimento Interno, por declarar a regularidade dos atos administrativos relativos à:
> I - licitação, realizada pela Administração Municipal de Vicentina, por meio do Convite n. 15, de 2015, e,
> II - contratação formalizada no Contrato Administrativo n. 46, de 2015, celebrado entre o Município de Vicentina e a empresa Issamu Shimada Torno - ME.
> (...).

– Decisão Singular DSG-G.FEK-5354/2020 (peça 31, fls. 302-307), nos seguintes termos dispositivos:

> (...)
> I - declarar, com fundamento na regra do art. 59, III, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012, a irregularidade:

a) da formalização do Termo Aditivo n. 1/2015 ao Contrato Administrativo n. 46/2015, celebrado entre o Município de Vicentina e a empresa Celso Issamu Shimada - ME, ante a ausência dos Certificados de Regularidade Fiscal junto à Fazenda Federal, do FGTS e INSS, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com infringência aos arts. 27, IV, 29, III, IV e V e art. 55, XIII, da Lei (federal) n. 8.666, de 1993;
b) da execução financeira e orçamentária da contratação, em face da ausência de apresentação dos certificados de regularidade atualizados, perante o INSS, FGTS, Justiça do Trabalho e a Fazenda Federal, referente à empresa contratada, durante toda a vigência contratual, em desacordo com os arts. 27, IV, 29, III, IV e V, 55, XIII, da Lei (federal) 8.666, de 1993, bem como pela ausência do termo de rescisão, em desacordo com o art. 78, XIII da Lei (Federal) n. 8.666, de 1993;
II - aplicar as multas ao Sr. Hélio Toshiiti Sato, Prefeito Municipal de Vicentina à época dos fatos, pelos motivos e nos valores a seguir:
a) 30 (trinta) UFERMS pelas infrações descritas nos termos dispositivos do inciso I, "a" e "b", com fundamento nas regras dos arts. 21, X, 42, caput, IV e IX, 44, I, e 45, I, da Lei Complementar (Estadual) n. 160, de 2012;
b) 30 (trinta) UFERMS pela remessa intempestiva, ao Tribunal, dos documentos referentes à formalização do Termo Aditivo n. 1, com fundamento nas regras dos arts. 21, X, 42, caput e inciso IX, 44, I, e 46 da Lei Complementar (Estadual) n. 160, de 2012;
(...).

Feito isso, é necessário registrar que**:**

- a multa aplicada ao Sr. Hélio Toshiiti Sato foi por ele posteriormente quitada, conforme os termos da Certidão de Quitação de Multa autuada na peça 37, fls. 313-314**;**

- encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas-MPC, o Procurador de Contas manifestou-se por meio do Parecer PAR-4ªPRC- 4603/2023 (peça 41, fl. 318), opinando pelo "**arquivamento** do presente processo" (TC/11425/2015).

É o breve relatório.

DECISÃO

Tudo verificado e examinado acolho a manifestação do representante do Ministério Público de Contas (PARECER PAR-4ªPRC-4603/2023 peça 41, fl. 318), e **decido** pela extinção deste Processo TC/11425/2015, determino o seu

arquivamento, considerando o pagamento do valor da multa equivalente ao de 60 (sessenta) UFERMS, infligida ao Sr. Hélio Toshiiti Sato (Decisão Singular DSG-G.FEK-5354/2020), o que ocasionou a consumação do controle externo exercido por este Tribunal com fundamento nas regras do art. 186, V, ***a***, observado o disposto no art. 187, I e II, ***a***, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98 de 5 de dezembro de 2018)**.**

É a decisão.

Campo Grande/MS, 23 de junho de 2023.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

ACVCS